O DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Paulo Roberto Rosa, Munir Jorge Felício

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Presidente Prudente – SP. E-mail: paulorosapp@hotmail.com

RESUMO

O termo desenvolvimento é muitas vezes mal compreendido ou reduzido ao viés do crescimento econômico. É necessário compreender que o desenvolvimento possui outras dimensões, tais como social, tecnológico e científico. A região denominada Pontal do Paranapanema é hoje considerada como a mais pobre do Estado de São Paulo e carece, já desde longa data, de um conjunto de políticas públicas que realmente sejam capazes proporcionar o seu desenvolvimento. Assim, o objetivo deste estudo reside justamente em compreender os motivos que levaram a região a essa situação e as razões pelas quais permanece à margem do desenvolvimento. Para atingir o que se propôs foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter dedutiva e qualitativa, amparada pelas análises conduzidas por Monbeig (1984) e Leite (1981).

Palavras-chave: Desenvolvimento. Social. Tecnológico. Pontal do Paranapanema. Políticas Públicas.

DEVELOPMENT IN THE REGION OF PONTAL DO PARANAPANEMA

ABSTRACT

The term development is often misunderstood or reduced to economic growth bias. It is necessary to understand that development has other dimensions, such as social, technological and scientific. The region called Pontal do Paranapanema is today considered as the poorest of the São Paulo State and demands, even from longtime, a set of public policies that are actually able to provide its development. The aim of this study lies precisely in understanding the causes that led the region to this situation and the reasons why it remains with low development. The realization of this scope was supported by analyzes conducted by Monbeig (1984) and Leite (1981).

Keywords: Development. Social. Technological. Pontal. Public Policy.

INTRODUÇÃO

A terminologia desenvolvimento pode ser mal compreendida ou tem o seu sentido reduzido, restrito, ao considerar-se apenas parcialmente a sua abrangência. Kautsky (1986, p. 9) considera que "o desenvolvimento só é progresso quando não se limita a negar ou suprimir, mas quando também conserva; é progresso quando, ao lado do que existe e merece desaparecer, também encontra o que existe e merece ser conservado". Para Sen (2010, p. 16) algumas visões mais restritas "identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social". No entanto, a palavra desenvolvimento tem um sentido amplo ao ser considerada suas diversas frentes, tais como o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico, dentre outros.

Este texto busca compreender as razões pelas quais a Região do Pontal do Paranapanema necessita, desde longa data, de uma política efetiva de desenvolvimento, que venha romper as amarras que tem mantido essa região à margem do desenvolvimento.

METODOLOGIA

Para realização do escopo a que se propõe este texto foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter dedutiva e qualitativa, amparada pelas análises realizadas por Monbeig (1984) e Leite (1981). Para uma melhor contextualização do território de estudo será considerada a delimitação estabelecida pela UGRHI-22¹, composta por unidades territoriais localizada no Extremo Oeste do Estado de São Paulo onde estes autores desenvolveram suas considerações visando compreender de que forma ocorreu a ocupação desse território.

A OCUPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Ao analisar a forma como se deu a ocupação e o estabelecimento da propriedade no Estado de São Paulo Monbeig (1984, p. 211) destaca que ali "[...] todas as terras são de propriedade particular, tanto as de floresta como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros". Com se pode observar, Monbeig (1984) chama a atenção para o fato de que o processo de ocupação do Estado de São Paulo já é marcado pela estrutura fundiária concentrada de onde provinha a força política dos donos da terra – sejam eles latifundiários e/ou grileiros. A ocupação e o fracionamento do espaço territorial

¹ Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 22: são 26 os municípios que encontram-se, total ou parcialmente, com seu território na UGRHI-22 (Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio) e está vinculada ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP).

paulista se dá então de forma desigual e fundamentado em relações de mercado, nem sempre justas e com o estabelecimento dos interesses dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, como descreve Monbeig (1984):

Este sistema de divisão do solo adotado na franja pioneira paulista nada tem a ver com sentimento igualitário ou com alguma forma de revivescência de qualquer velha sociedade comunitária. O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades (MONBEIG, 1984, p. 222).

No que se refere a Região do Pontal do Paranapanema a ocupação iniciou-se em meados do século XIX, com a vinda de alguns migrantes, principalmente mineiros – que se apossaram de grandes extensões de terra - e se consolidou com a chegada da estrada de ferro entre a segunda e terceira década do século XX, como explana Monbeig (1984):

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província (MONBEIG, 1984, p. 27).

O avanço da propriedade privada sobre a terra e o ilimitado interesse em constituir fazendas leva a redução ou inexistência de terras a serem conquistadas e, com isso, há uma considerável valorização da terra, ocasionada pela especulação e disputa pela propriedade. Como aponta Monbeig (1984, p. 212) “se a terra começa a faltar e é mais disputada, o resultado inevitável é a valorização, que leva a especulação”. Nesse processo de especulação o latifúndio, caracterizado pelo domínio sobre as áreas de florestas, desempenha um importante papel, uma vez que “o ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, [...], que compreendem milhares de alqueires” (MONBEIG, 1984, p. 212).

Essas áreas assumem uma importância estratégica, uma vez que são passíveis de futuras explorações madeireiras e, posteriormente, serviram ao estabelecimento de novas unidades produtivas ou expansão das já existentes. Monbeig (1984, p. 212) chama a atenção para o fato de que com a especulação “a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas [...]”. Ao se considerar o modelo utilizado de fracionamento de terras como um negócio, caracterizado pela comercialização de fazendas (grande propriedade) ou pequenas propriedades (sítios), Monbeig (1984) ressalta a importância que reside em o loteador conhecer as expectativas, necessidades e potencialidades dos seus clientes, para que assim possa dotar o empreendimento das características e atributos necessários à atração da clientela.

Dessa forma os empreendimentos foram implantados conforme as condições financeiras de seus clientes, não só para aquisição da propriedade, mas também, com a finalidade de fazê-la produzir grãos e carne. As fazendas eram destinadas as pessoas mais abastadas que encontraram ali "uma possibilidade para associar a cultura cafeeira, localizada junto ao espigão, com a criação de gado, esta nas pastagens que se formam nos fundos dos vales e nas partes inferiores das encostas" (MONBEIG, 1984, p. 216).

Já os sítios são destinados aos pioneiros, em geral pessoas de menor poder aquisitivo e poucos recursos, que aplicam praticamente todo o seu capital na aquisição da propriedade, utilizando quase que exclusivamente a força de trabalho familiar, como explica Monbeig (1984):

Assim, desde a instalação, o sitiante é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de empréstimos onerosos, pois o crédito agrícola não é mais favorável ao sitiante do que o crédito fundiário (MONBEIG, 1984, p. 224).

As dificuldades encontradas pelos pequenos sitiantes são tamanhas que inviabilizaram o emprego de mão de obra externa, mesmo em situações onde o custo desta possa ser favorável, o que se torna um fator limitante ao tamanho de sua propriedade e da exploração a ser realizada. As análises de Monbeig (1984) indicam que em 1944 a Região do Pontal do Paranapanema apresentava um desempenho, no que se refere a contratação e remuneração da mão de obra, bem abaixo da média e daquilo que era encontrado em outras regiões, como descrito por ele:

Em 1944, a jornada de trabalho era, em média, de 15 a 20 cruzeiros. Era mais alta nas regiões de criação, como em Paulo de Faria (25 cruzeiros) e menos elevada nos centros de loteamentos (10 cruzeiros em *Presidente Prudente*), porque a procura era mais fraca e a oferta muito grande (MONBEIG, 1984, p. 223, Grifo nosso).

Como se pode observar, o excessivo contingente de trabalhadores disponíveis era elevado na época e a capacidade para absorção deste contingente apresentava-se reduzida, ou seja, há um claro desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra. Esse quadro se agrava quando há a presença de um grande número de pequenos proprietários rurais que, vencidas as atividades laborais em sua propriedade, passa a também vender o excedente de sua força de trabalho a outras propriedades.

Os bancos oficiais deveriam atuar de forma a fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento, em especial aos empreendedores em fase inicial e mais desprovidos de recursos financeiros, acabam por atuar exatamente no sentido oposto. Contudo, atuam preferencialmente

junto daqueles que não necessitam e que, muitas vezes, acabam tendo acesso a linhas de crédito, cujos recursos são aplicados em atividades não relacionadas diretamente à propriedade. Isso pode ser confirmado nas análises de Monbeig (1984), para quem:

O Banco do Brasil trabalha de preferência com os fazendeiros que apresentam garantias mais seguras; mas quando atende aos sitiantes, os métodos utilizados são passíveis de crítica. Seu maior inconveniente é custar caro, pois o pequeno proprietário deve apresentar uma série de documentos oficiais, como título de propriedade, previsão de colheitas e outros que os aspirantes a tabelião não desembaraçarão sem uma lentidão que será inversamente proporcional às gorjetas concedidas (MONBEIG, 1984, p. 224).

A burocracia e a corrupção, nessa época, levantavam barreiras diante do acesso ao crédito pelos pequenos produtores rurais, que não gozavam do mesmo prestígio social dos grandes proprietários e tampouco dos mesmos recursos financeiros. Segundo Monbeig (1984) o então Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) procurou atuar de forma mais favorável ao pequeno sitiante, com menor burocracia e taxas de juros mais favoráveis. No entanto, as suas linhas de crédito não atendiam plenamente as necessidades dos sitiantes, uma vez que possuíam um prazo mais curto para amortização e estabelecia um teto para contratação atrelado a um determinado percentual possível referente à colheita. A dificuldade na obtenção do crédito e no acesso aos recursos do sistema financeiro oficial levou os pequenos proprietários a utilizar outros mecanismos para obter os recursos financeiros de que necessitam. Era necessário, por exemplo, contrair crédito junto a comerciantes com um compromisso de compra e venda da sua produção futura. Assim, "cada novo empréstimo mal permite liquidação a dívida contraída na estação anterior" (MONBEIG, 1984, p. 226).

O pioneiro que ao se instalar no lote adquiriu, dispendeu seu capital e contraiu dívida, fica prisioneiro no circuito das transações comerciais. [...]. Deverá pedir empréstimo de novo e dificilmente chegará a restabelecer sua situação e mais dificilmente ele a melhorará (MONBEIG, 1984, p. 226).

A dificuldade na obtenção de recursos financeiros obrigou o pioneiro a contribuir, mesmo sem concordar, com a forte concentração fundiária. Reproduz-se, desta forma, na Região do Pontal do Paranapanema a estrutura fundiária em escala nacional, historicamente, concentrada. Eis, portanto, um dos instrumentos dessa centralização fundiária. Quando o grande produtor rural, além de gozar de melhor condição financeira, possui maior facilidade para obter o capital necessário à aquisição de novas áreas, boa parte delas advinda dos pioneiros endividados.

Outros instrumentos de centralização fundiária foram analisados por Leite (1981) ampliando as compreensões de Monbeig (1984) referentes ao processo de ocupação capitalista da

Região do Pontal do Paranapanema em que Leite (1981) destaca a atroz voracidade do capital. Chama a atenção, neste território, a enorme depredação feita pelo capital ao saquear os recursos naturais e, para fazer isso, poder contar com a contribuição do aparelho do Estado, como explica Leite (1981):

No caso do Sudoeste do Estado, a ocupação do território somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana. Fortemente incentivada pelo Governo Federal, por razões militares e políticas, a Estrada de Ferro, antecedendo ao café, cortou os sertões em busca do Rio Paraná (LEITE, 1981, p. 29).

Segundo Leite (1981) foram necessários 33 anos para que o trecho da estrada de ferro chegasse até Presidente Epitácio, obra concluída em 1922, uma vez que sua construção estava parada desde 1889 na então Vila Botucatu. Leite (1981, p. 8) relata que “no processo de ocupação das terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivães, juízes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços a soldo dos interessados”. Os métodos violentos empregados na conquista e defesa do território eram comuns na época. “Foi nessa época que surgiu a célebre figura do 'quebra-milho', capanga contratado por grandes posseiros com o fito de expulsar grileiros e portadores de falsos títulos de domínio” (LEITE, 1981, p. 59).

Com riqueza de detalhes Leite (1981) descreve os rastros de destruição e morte deixados pela expansão do capital nesse território. O coronel Renato Mello, quando comandante de uma embarcação que transportava passageiros pelo Rio Paraná, ouviu do Coronel Alfredo Marcondes Cabral, então proprietário da área remanescente da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, o seguinte: “Terra empapada de sangue é terra boa”. “Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém abertos” (LEITE, 1981, p. 59).

É importante ressaltar que, conforme retratado por Leite (1981, p. 62-67), a área do Pontal do Paranapanema abrigava, à época, três grandes reservas florestais. A primeira delas, instituída através do Decreto nº 12.279, de 29 de outubro de 1941, possuía pouco mais de 37.156 hectares e viria a ser conhecida como “Reserva Florestal do Morro do Diabo”. A segunda, estabelecida através do Decreto nº 13.049, de 6 de novembro de 1942, possuía aproximadamente 13.343 hectares e viria a ser conhecida como “Reserva da Lagoa São Paulo”. A terceira, estabelecida através do Decreto nº 13.075, de 25 de novembro de 1942, possuía aproximadamente 246.840 hectares e viria a ser conhecida como “Grande Reserva do Pontal”. Como se pode observar, na

época, o Pontal do Paranapanema possuía aproximadamente 297.340 hectares somente em reservas florestais.

Os motivos que levaram o então Governador do Estado de São Paulo à criação destas reservas foram destacados por Leite (1981) ao afirmar que:

Razões de sobra tinha o Interventor Paulista ao criar a reserva: em primeiro lugar, porque ainda reinava na área interminável disputa de terras, por causa da confusão de títulos de posse, quase sempre julgados imprestáveis; segundo, porque a frente pioneira na época ameaçava seriamente a integridade das últimas florestas do Planalto Ocidental de São Paulo (LEITE, 1981, p. 62).

Às razões elencadas por Leite (1981) deve ser adicionado também o surgimento dos primeiros instrumentos legais, principalmente o Código Florestal, que deram ao poder público os meios para, mesmo que ainda de forma bastante embrionária, implementar as primeiras medidas conservacionistas. "O motivo básico, contudo, foi o fato de a referida área já haver sido declarada devoluta em 1934 e 1936, pelo juiz de Santo Anastácio, sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Supremo Tribunal Federal" (LEITE, 1981, p. 62-63).

Na transcrição feita por Leite (1981) do Decreto nº 12.279 de 29 de outubro de 1941, em seu segundo artigo é possível encontrar, talvez, indícios do que poderia ser denominado de “a primeira iniciativa pública para a criação de assentamentos ou reassentamentos” para acomodar as famílias moradoras antigas da Região do Pontal do Paranapanema.

Artigo 2º - Fica a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro, autorizada a, por equidade, entrar em entendimento amigável, com possíveis ocupantes das terras ora declaradas reservadas, com posse anterior à Propositura da ação discriminatória respectiva e nas condições do decreto citado nº 6.473 de 30 de maio de 1934. - localizá-los em igualdade de condições em terrenos devolutos e desocupados o mais próximo quanto possível das suas atuais ocupações (LEITE, 1981, p. 64).

Entende-se que é possível fazer uma associação entre o teor desse artigo e a política pública implementada no Pontal do Paranapanema. O Estado procurava atender as inúmeras famílias atingidas pelo alagamento decorrente do enchimento do lago cujas águas eram necessárias para a devida produção de energia elétrica. Os assentamentos atendiam as famílias impactadas pela criação das reservas florestais ou desabrigadas por causa do enchimento do lago, contudo, atendiam também os inúmeros interesses capitalistas da produção de energia elétrica. É importante ressaltar esse posicionamento das atuações de órgãos governamentais. Em outras palavras, enquanto eram criadas as reservas florestais visando a conservação dos recursos naturais, simultaneamente eram construídas as usinas hidrelétricas, que viriam a causar grande

impacto ao meio ambiente, e deveriam ser criados os assentamentos. Resultado, as reservas florestais foram praticamente dizimadas e os impactos ambientais resultantes do enchimento do lago causaram prejuízos de grande monta sobre o meio ambiente. Referente aos assentamentos e reassentamentos só se consolidaram após a organização das famílias dos trabalhadores e a consequente luta pela terra.

Um conjunto de fatores foi responsável pelo descumprimento das áreas compreendendo as três reservas florestais. São eles: inúmeras transações ilícitas, jogos de interesses prioritariamente o dos políticos, descaso do Estado, infraestrutura insuficiente, incapacidade para fiscalizar e fazer cumprir a lei e o aumento populacional na região de forma desordenada e rápida, entre outros. O incremento dessas atividades foram responsáveis pela eliminação total ou redução drástica das áreas de reserva então existentes no Pontal do Paranapanema. Segundo Leite (1981, p. 123) "a estratégia era a do fato consumado: acabando-se com a floresta o Estado perderia o interesse pela área, pois nada haveria a conservar num meio-ambiente ecologicamente devastado".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível aqui elencar alguns dos fatores que tem contribuído, desde longa data, para o baixo desenvolvimento na região do Pontal do Paranapanema. O primeiro deles diz respeito ao *problema fundiário*, com alto índice de concentração da terra nas mãos de poucas pessoas, terras estas cuja titulação era e em muitos casos continua sendo duvidosa. Como segundo fator é possível apontar as *linhas de crédito incompatíveis* com as necessidades e/ou capacidade de contratação, principalmente no que se refere as pessoas mais desprovidas de prestígio e recursos, o que levou à utilização de mecanismos extraoficiais de crédito e ao endividamento, o que favoreceu ainda mais a concentração fundiária. A *ausência de vontade política* para resolver o problema de titulação das terras e para promover uma reforma agrária de fato pode ser apontada como um terceiro limitante ao desenvolvimento.

Além das razões já apontadas, é possível apontar também a *infraestrutura deficitária*, *ausência de representatividade política*, *baixa articulação social*, *políticas públicas inadequadas* e *ausência ou baixos investimentos locais*. Estudos mais aprofundados, através de análises realizadas por outros pesquisadores, poderão apontar outros fatores que tem contribuído para o baixo desempenho da região do Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Tradução: Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, José F. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. 256 folhas. Tese (Livre-Docência) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, 1981.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Polis, 1984.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.